

RELATÓRIO COMISSÃO DE METODOLOGIA

I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE DE SP

Resoluções das Comissões Temáticas

1) GT: ACESSO À CIDADE E CULTURA

Problemas	Soluções
1 – Fomento: pouca capacitação, incentivo à cultura e a popularização	<ul style="list-style-type: none">- Fomento financeiro da PMSP para as escolas e instituições para realizar rede eventos sócio-culturais.- Criação do Conselho Jovem de Cultura (80% sociedade civil e 20% poder público) para deliberação de fomentos feitos no município.- Criação de um comitê Comunitário para fiscalizar sub-secretários de cultura
2 - Acesso: Transporte Público, Informação, Espaços Culturais, Autoritarismo	<ul style="list-style-type: none">- Valorização e difusão do CREATIVE COMMONS (projeto que licencia obras culturais e intelectuais)- Transporte acessível 24 h nos finais de semana- valorização da cultura regional e local (municipais e estaduais) valorizando os grupos.
3 – Comunicação: Massificação das mídias falta de divulgação das autoridades para os jovens	<ul style="list-style-type: none">- Criação de um fórum exclusivamente composto pela sociedade civil (jovens) a fim de fluir nas formulações das políticas públicas de cultura de juventude.– Reorganizar o mapa de juventude a fim de regionalizar e expandir as informações que sirvam como base para as propostas de políticas públicas.- Democratizar o acesso a informações de juventude e cultura através dos meios de comunicação de massa, propagação de massa e criação de rádios comunitárias e equipamentos públicos.
4 - Trabalho: falta de oportunidade, o 1º.	<ul style="list-style-type: none">– Ampliar a formação profissional de jovens para o desenvolvimento da produção cultural com o apoio do

<p>emprego, união cultura e trabalho.</p>	<p>suporte digital</p> <ul style="list-style-type: none"> – Incentivo a cooperativas populares – Regularizar e certificar a mão de obra iniciante na produção cultural
<p>5- Violência: Autoridade repulsivas ao acesso à cidade e a cultura, violência verbal e sem precedentes</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de um fórum permanente de cultura para debater e encaminhar assuntos relativos à juventude. Ex: Violência. Responsável pelo cadastramento dos diferentes grupos juvenis para acesso público. – P.P.J para execução de pequenos projetos elaborados pela e para juventude (Ex. VAI) – na grade extra-curricular escolar promover oficinas artísticas potencializando atividades dentro das escolas através de parcerias com entidades da comunidade local.
<p>6 - Burocracia – dificuldade na facilitação do encontro com a arte e a cultura, problemas de deslocamento e capacitação dos mais afastados ao centralizarem as formas de cultura.</p>	<p>Criar uma equipe gestora de projetos culturais e formadas pela sociedade civil e pelo poder público dentro da Secretaria de Cultura, responsável por seleções, aprovações e respostas de projetos selecionados ou não, e acompanhamento/assessoria dos projetos contemplados. Além disso, criar propostas de nossas leis de incentivos fiscais e estimular programas de incentivo cultural entre as Secretarias de Educação, Participação e Parceria, Assistência Social, etc.</p>
<p>7 – Espaços: Fechamento e mais aproveitamento de espaços culturais, além da monopolização de certos centros tirando o convívio dos jovens.</p>	<ul style="list-style-type: none"> 1 - Descentralizar os espaços culturais criando novos pólos nas comunidades periféricas. 2 - Reformar e manter os outros já existentes como: Casas de Cultura, Escolas, Bibliotecas e Centros Esportivos, etc. 3 - Realizar Mapeamento nas Sub-prefeituras informando os eventos e manifestações culturais locais. 4 - Investir na infra-estrutura da cidade (parques,

	banheiros, praças, pistas de skate) de modo que permita a apropriação dos moradores na apreciação e produção artística e cultural.
--	--

2) GT: Deficiência e Mobilidade Reduzida

Problemas	Soluções
1- Falta de Interesse das empresas em contratar e se adaptar às pessoas com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Maior incentivo por parte do Poder Público - Fiscalização - Esclarecimento aos gestores com relação às pessoas com deficiência
2 - Preconceito Social	<ul style="list-style-type: none"> - Esclarecer a população - Qualificação profissional - Fiscalização das leis existentes
3- Falta de acesso/ barreiras físicas e atitudinais.	<ul style="list-style-type: none"> - Maior investimento público em infra-estrutura, em especial: lazer e cultura. - Fiscalização de Equipamentos Públicos e Privados. - Esclarecimento à Sociedade
4 -Ausência do Poder Público para garantir o acesso e permanência da pessoa com deficiência ao ensino público/privado	<ul style="list-style-type: none"> - Ampliação de Políticas Públicas inclusivas ao ensino. - Fiscalização dos equipamentos públicos e privados de ensino. - Capacitação dos profissionais de educação
5- Falta de esclarecimento sobre a deficiência para a família e a pessoa com deficiência	<ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos profissionais e agentes que atuam na área da saúde - Capacitação dos profissionais e agentes que atuam na área social - Diretriz no SUS para capacitar profissionais para orientar a família e a pessoa com deficiência.
6 – Falta de Acesso aos equipamentos de esporte e	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar o orçamento da Secretaria de Esporte e Lazer - Aumentar e estimular os parceiros públicos-privados

lazer	- Aumentar o incentivo à pessoa com deficiência para a prática de esporte e lazer
7 – Falta de atualização do conhecimento dos profissionais de saúde. Aquisição de equipamentos de esporte e lazer	- aumentar o investimento na área de saúde voltada para atualização e sensibilização dos funcionários de saúde - aumentar o investimento na área da saúde voltada para a adaptação dos equipamentos de saúde - maior investimento nas campanhas de prevenção das deficiências.

3) GT: Direitos Humanos

Problemas	Soluções
1- Estado como principal violador dos Direitos Humanos	- Participar ativa, pessoal e efetivamente da proposição, implantação e controle social das políticas públicas para a juventude, promovendo debates e incentivando a inserção continuada de novos atores sociais. - Propõe que o Estado seja responsabilizado criminalmente envolvendo a ação do Ministério Público responsabilizando ele pelas mortes que ocorrem incluindo o aborto e a violação dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal no art.5º, além da violação dos Direitos Humanos. - Fiscalização pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos e dos Ministérios das Cidades das Políticas de Direitos Humanos.
2 - Redução da maioria penal	- Dar infra-estrutura de escola, lazer e educação. - Ampliação dos investimentos públicos em educação. - Respeito ao art 5º da Constituição Federal quanto a maioria penal e implementação do Estatuto Criança e Adolescente.
3 - Genocídio na periferia	- Capacitação dos funcionários públicos quanto as abordagens em qualquer região da cidade. - Criação de órgãos públicos da comunidade que

	<p>fiscalizem a policia.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Julgamento dos crimes militares pela justiça comum.
4- Falta de integração das comunidades indígenas e outras	<ul style="list-style-type: none"> - Festivais anuais de cultura indígena. - Construção da coordenadoria para a população indígena. - Regulamentação e concessão das terras indígenas e quilombolas na cidade de SP.
5 - Falta de espaço público para jovens	<ul style="list-style-type: none"> - Agendar na Subprefeitura, por intermédio do Auxiliar de Juventude, espaço para reuniões periódicas, com a finalidade de realizar debates, discussões e fóruns, e organizadamente encaminhar as demandas. - O reconhecimento e fortalecimento de organizações juvenis que já existem.
6 – Falta de acesso a transporte	<ul style="list-style-type: none"> – Passe livre ou escolar aos jovens. - Envio automático no começo do ano para todos os alunos independente de carteirinhas de instituições. - Concessão de passe escolar para ONGs sem fins lucrativos. - Integrantes de ONGs tenham acesso como os estudantes ao passe único pela metade do valor.
7 – Trabalho escravo	<ul style="list-style-type: none"> – Garantir que as terras que forem encontradas o trabalho escravo, se forem áreas rurais, sejam desapropriadas para a reforma agrária. E se forem em áreas urbanas que sejam desapropriadas para apropriação. - Eliminar todas as práticas de tráfico de seres humanos, em especial quanto ao trabalho análogo ao de escravo e semi-escravos (tanto dos jovens estrangeiros como os nacionais) e ao de exploração sexual (inclusive o de jovens mulheres) - Considerar crime hediondo a escravização de pessoas

4) GT: Diversidade Sexual

Problemas	Soluções
1) Discriminação no Mercado de Trabalho	<ul style="list-style-type: none">- Cotas para travestis, transexuais e transgêneros nos programas de inclusão no mercado de trabalho como primeiro emprego do Governo Federal.- Implantar Programas de Incentivo à empregabilidade de GLBTTTs
2) Desconhecimento de Direitos	<ul style="list-style-type: none">- Maior divulgação da Lei Estadual 10.948.- Promover a difusão dos direitos adquiridos da comunidade GLBTTTs- Oferecer orientação Jurídica.
3) Preconceito Internalizado e Dificuldade de aceitação da própria sexualidade	<ul style="list-style-type: none">- Apoiar ONGs e projetos como o “Projeto Purpurina”.- Oferecer auxílio e apoio psico-social
4) Falta de grupos que conheçam e debata o tema diversidade sexual com seriedade, nos espaços de formação de opinião.	<ul style="list-style-type: none">- Formar, em parceria com a Sociedade Civil Organizada e Governo, grupos capacitados para o tema.- Abrir espaços dentro dos espaços públicos para discussão do tema.- Apoiar eventos/movimentos públicos como as Paradas.
5) Discriminação por parte do Poder Público	<ul style="list-style-type: none">- Capacitar a PM e a GCM e, sensibilizá-las em relação à Comunidade GLBTTT.- Sensibilizar e capacitar servidores públicos para atender e acolher GLBTTTs, principalmente em abrigos e Centro de Acolhida.- Desenvolver material informativo a ser distribuído aos servidores públicos.
6) Falta de consciência para respeito da Diversidade Sexual nas escolas	<ul style="list-style-type: none">- Levar para as escolas, grupos de debates capacitados pela CADS ou ONGs, para discutir sexualidade em geral e DST/AIDS.- Manter nas escolas cursos que capacitem

	educadores e alunos sobre a Diversidade Sexual e Gênero.
7) Preconceito na sociedade e, principalmente, em grupos como: Associações e nas periferias	<ul style="list-style-type: none"> - Criação de Grupos de Discussão nas comunidades e nos ambientes de Associação e Empresas. - Campanhas de âmbito nacional e combate a homofobia e de difusão do “princípio da dignidade da Pessoa Humana”. - Fiscalizar e punir Programas de TV e/ou outras formas de veiculação de informação que difunda o preconceito através da mídia em geral.

5) GT: Educação

Problema	Soluções
1 – O Estado brasileiro em todos os níveis de poder público, não garantem cobertura suficiente a todos os níveis educacionais, com destaque no ensino médio e superior.	<ul style="list-style-type: none"> - Universalização do Ensino de Qualidade e inclusivo; - Universalização do ensino médio público, gratuito e de qualidade; - Expansão das vagas em universidades públicas com reservas para os estudantes de escolas públicas.
2 – Graves dificuldades quanto à permanência (evasão) e progresso (rendimento) dos estudantes	<ul style="list-style-type: none"> - Garantir o passe estudantil visando a implantação do passe livre estudantil; - Garantir vagas em Centros de educação Infantil para filhos e filhas de estudantes, inclusive no período noturno;
3 - Desvalorização dos professores (profissionais de educação)	<ul style="list-style-type: none"> - Implementar uma jornada de trabalho docente em período integral, quando conveniente, cumprida num único estabelecimento escolar e destinado entre 20% e 25 % das carga horária dos professores para a preparação de aulas, avaliação e reuniões pedagógicas, conforme previsto no Plano Nacional de Educação (lei no. 10.172 de 9/1 2001); - Melhoria do nível salarial dos Professores com

	<p>remuneração compatível com a formação de nível superior, e plano de carreira;</p> <p>- Garantir a formação continuada dos professores em horário de trabalho e de acordo com a realidade e necessidade de cada escola e de seus alunos, contemplando inclusive o atendimento a portadores de necessidades especiais e portadores de mobilidade reduzida.</p>
4 – Precariedade das infra-estruturas do sistema educacional do ensino.	<p>– Garantir que todas as escolas públicas tenham: Bibliotecas, laboratórios, salas de informática, alimentação gratuita e material didático;</p> <p>– Garantir que todas as escolas públicas de ensino médio e fundamental tenham equipes interdisciplinares compostas por: fonoaudióloga. Psicólogas, assistentes sociais e nutricionistas.</p>
5- Desregulamentação do ensino superior privado: educação não é mercadoria	<p>– Criação de regulamentação ao ensino superior privado de modo a não tratar a educação como mercadoria.</p> <p>- Cumprimento da regulamentação.</p>
6 – Defasagem e inadequação curricular diante dos desafios vivenciados pela juventude	<p>– Reestruturação curricular com a participação dos estudantes, comunidades escolares e comunidades onde a escola está inserida;</p> <p>- Efetivar as diretrizes curriculares nacionais, leis e resoluções federais e resolução que inclui a sociologia e filosofia do ensino médio.</p>
7 – Baixa participação e controle social das políticas públicas de educação em âmbito nacional, estadual, municipal e local (nas unidades escolares).	<p>– Eleição direta para diretores de escolas públicas;</p> <p>- Eleição direta para reitores de universidades privadas com a participação estudantil em seus órgãos colegiados; e eleição direta para reitor de universidade pública com o fim da lista tríplice;</p> <p>- Efetivar a gestão democrática das políticas públicas de educação, inclusive as de financiamento, com deliberação popular nas instâncias competentes;</p> <p>Fortalecimento dos conselhos de escolas, livre</p>

	organização das entidades estudantis, elaboração coletiva do projeto político pedagógico e garantindo a participação dos estudantes dos conselhos de classe.
--	--

6) GT: Esporte e Lazer

Problemas	Soluções
1- Infra-estrutura	- Maiores investimentos - Formar alternativas de manter os locais em ordem.
2 – Manutenção de espaços já existentes	
3 – Falta de material adequado	- Utilizar materiais alternativos
4- Falta de divulgação/informação dos eventos e atividades	- Criar mais projetos para a periferia - Melhorar essa comunicação / jornais de bairro
5 – Profissionais desmotivados	- Projetos de reciclagem - Utilização de material / atividade alternativa
6 – Falta de orientação / coordenação nas áreas de esporte e lazer	- Projeto 1º emprego (ajudariam a coordenar as áreas)
7 – Falta de projetos para o esporte como ferramenta de educação	- Projetos educacionais ligadas ao esporte participativo e não de rendimento

7) GT: Família, Assistência Social e Violências

Problemas	Soluções
1 - Falta de estrutura familiar e comunitária	- Recondicionamento do CRAS* para atendimento em amplitude e não somente para cadastramento. – Núcleo de proteção com apoio e orientação ao

	<p>jovem.</p> <ul style="list-style-type: none"> – Resgatar a importância da família, trabalhando núcleos familiares <p>* CRAS: CONSELHO REGIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL</p>
2 – Falta de orientação social e educativa.	<ul style="list-style-type: none"> – Prestar orientação das problemáticas da juventude na escola e família. – Constituição de grupos disciplinares nas escolas (psicólogos, assist. sociais, etc). Núcleos psico-sociais
3 – Descaso do Governo (Abandono Estadual e Municipal).	<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar a lei de proteção básica e especial, pois atualmente não atende a grande demanda.
4 – Falta de acesso para a Juventude à políticas públicas.	<ul style="list-style-type: none"> – Ampliar as políticas públicas em áreas de baixa renda para famílias.
5 – Tráfico.	<ul style="list-style-type: none"> – Orientação sócio-educativa. - Garantia de direitos para a Juventude.
6 – Violência Urbana, doméstica e psicológica.	<ul style="list-style-type: none"> – Que a Conferência Municipal de Juventude apresente como proposta de resolução a campanha contra a redução da maioria penal encampada pelos órgãos públicos de defesa da juventude como Coordenadoria Municipal da Juventude. – Defesa do ECA.
7 – Políticas Públicas e Assistenciais	<ul style="list-style-type: none"> – Participação e promoção de Fóruns Regionais para garantia de políticas públicas para a juventude para prevenção.

8) GT: Gênero

Problema	Solução
1- Imagem da Mulher na Mídia	<ul style="list-style-type: none"> - Criar campanhas que combatam o estereótipo criado da mulher que é tratada como mercadoria; - Democratização da mídia na sociedade inserindo

	<p>padrões hegemônicos de gênero;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar uma ouvidoria onde possa denunciar, caso se sinta ofendida por qualquer meio de comunicação.
2 – Auxílio à creche	<ul style="list-style-type: none"> - Que as creches possam funcionar de segunda a segunda e em horários maiores. Atendendo a real necessidade de trabalhadoras e estudantes.
3 -Inclusão no mercado de trabalho e geração de renda	<ul style="list-style-type: none"> - Programa de inserção de jovens no mercado de trabalho com garantia de equidade social; - Inserção das mulheres em áreas consideradas masculinas; - Recorte de gênero nos programas sociais de inclusão no mercado de trabalho e nos órgãos governamentais.
4 - Combate às discriminações: sexuais, gênero, deficientes, homossexuais.	<ul style="list-style-type: none"> - Formação de funcionários da Rede Pública e criar políticas juntamente aos órgãos responsáveis pela minoria em combate as discriminações.
5 - Gravidez na adolescência	<ul style="list-style-type: none"> - Orientação sexual para os jovens, família e comunidade. Através de um programa elaborado pelo Ministério da Saúde junto às entidades civis, disponibilizando o acesso à pílula do dia seguinte, anticoncepcional, camisinha feminina e masculina; - Trabalhando a prevenção de DST/HIV e álcool, dando também apoio às vítimas.
6 Aborto	<ul style="list-style-type: none"> - Que o aborto possa a ser legalizado enquanto questão de Saúde Pública. - Onde o Estado disponibilize estrutura e apoio para atender não só as mulheres jovens, mas todas as mulheres. - Respeitando sua condição enquanto mulher.
7- Violência contra a mulher	<ul style="list-style-type: none"> - Implementação nacional da lei Maria Pena; - Ampliação dos serviços públicos de assistência e melhor formação das funcionárias aumentando o número de delegacias da mulher com maior e melhores condições de atendimento.

9) GT: Meio ambiente

Problema	Soluções
1 – Transporte Público	<ul style="list-style-type: none">- Troca de combustível nos transportes públicos;- Novas alternativas de transporte: Metrô, trem, patins e bicicleta;- Extensão e criação de corredores de ônibus, bicicleta, patins e etc
2 – Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none">- Agente comunitário ambiental escolar. Trabalho envolvendo a escola e a comunidade do entorno, gerando desta forma posições de trabalho nas comunidades e nas empresas;
3 – Questões energéticas	
4 – Gestão Públicas dos recursos energéticos	<ul style="list-style-type: none">– Não-privatização do setor energético;– participação da sociedade civil em órgão gestor;- Incentivo a pesquisa na área de recursos energéticos;
5- Ocupação e especulação imobiliária em mananciais e APA'S	<ul style="list-style-type: none">– Fiscalização pública e social das áreas de preservação não ocupadas;– Desapropriação prevista na Constituição Federal das áreas ocupadas, levando em conta o tempo da ocupação e o lado social;
6 – água, desperdício e enchentes	<ul style="list-style-type: none">– Reciclagem da água, captação da água da chuva;– Incentivar e permitir a impermeabilização dos quintais e áreas públicas;- Incentivo da utilização consciente da água
7 – Deficiência da reciclagem	<ul style="list-style-type: none">– Ampliar a capacidade das centrais de triagem- capacitar o Jovem como agente ambiental;- Conselho de meio ambiente nas subprefeituras exigindo uma cadeira para a juventude atuando como agente fiscalizador.

10) GT: Relações raciais e étnicas

Problemas	Soluções
1 - A não implementação da lei 10639/03	- Exigir do poder público a implementação da lei.
2 - Acesso à universidade	- Garantir recursos e ampliar políticas de ações afirmativas e cotas nas universidades públicas e privadas e no mercado de trabalho.
3- Falta de mecanismos para coibir a discriminação racial e étnica.	
4 – Falta de espaços Culturais	- Criar e divulgar amplamente espaços culturais que valorizem as culturas afro-indígenas.
5 – Não favorecimento do pensamento étnico racial	- Criar pedagogias que favoreçam a construção dos pensamentos críticos étnico-racial.
6 – Falta de Qualificação para o trabalho	- Criar centros profissionalizantes que auxiliem no desenvolvimento dos jovens negros, indígenas garantindo a reabilitação e habilitação de trabalhadores jovens.
7 – Inserção do jovem negro no mercado de trabalho	- Criar programas para atender esta demanda.

11) GT: Saúde

Problema	Soluções
1- Conteúdo, forma e acolhimento na saúde Discussão de gênero transversal à saúde	- Capacitação continuada / especialização com perspectiva de gênero e raça; - Divulgação folhetos informativos com linguagem jovens e de gênero / raça; - Espaço Físico adequado e formação de multiplicadores adolescentes.
2 - Previdência Pública	- Articulação da saúde, previdência e seguridade social; - Articular uma política nacional com os ministérios de previdência, trabalho, e saúde, com recorte de gênero

	e raça;
3 – Saúde do Trabalhador jovem	- Fim das privatizações: Concurso público com plano de carreira e cargos - Atenção com o trabalhador jovem com direito a previdência pública. Implementação da Emenda 51
4- Direitos Reprodutivos	- Criar um espaço de reflexão na saúde (unidades básicas) com perspectiva de gênero e raça. - Políticas de redução da mortalidade materna (acesso ao pré-natal, ambulatório de especialidade obstétrica, pré-natal de alto-risco), assistência ao parto de qualidade. - Promover atendimento humanizado ao aborto inseguro, garantir atendimento ao aborto previsto em lei.
5 – Linguagem na escola	– Incluir no Currículo escolar a matéria sexualidade do 1º. ao 2º. grau - Articulação entre as escolas e as unidades básicas de saúde para criar uma rede para implementar projetos de sexualidade - Articulação entre os Ministérios de Educação e saúde para garantir a continuidade de bolsas estudos das jovens grávidas.

12) GT: Trabalho e Renda

Problema	Soluções
----------	----------

Problemas	
<ul style="list-style-type: none"> • Demanda de trabalho pelas empresas não coincide com a realidade de escolaridade e qualificação profissional dos jovens (competitividade e avanços tecnológicos no mercado de trabalho). • Questão de qualificação como política pública para menores infratores. 	

- Modo de produção, sociedade, formação educacional e mercado de trabalho (divisão social do trabalho).
- Políticas públicas de inclusão no mercado de trabalho direcionadas aos jovens são paliativas.
- Jovem como mão-de-obra barata.
- Falta de acessibilidade e políticas para jovens com necessidades especiais.
- Leis trabalhistas específicas para quem estuda e trabalha como jornada de trabalho menor.
- Acompanhamento, Monitoramento e Fiscalização de Políticas Públicas orientadas à inserção no mercado de trabalho, qualificação profissional e reforço de escolaridade para jovens.
- Políticas de longo prazo: controle de natalidade?
- Que papel a sociedade civil possui em relação às políticas públicas direcionadas aos jovens.
- Formação educacional de base deficiente há carência de informação e ensino em relação às competências básicas, como postura em entrevista, desenvoltura no atendimento e relacionamento profissional, etc.
- Legislação para incentivar contratação de jovens, conforme escolaridade, priorizando àqueles sem experiência profissional.
- Priorizar as questões de fiscalização e acompanhamento em relação à lei de aprendizagem, ao jovem com deficiência e mobilidade reduzida (impacto, estatísticas, retorno social).
- Incentivo fiscal para manter empregos (subsídio governamental).
- Mercado de trabalho para jovens mães e gestantes (leis trabalhistas).
- Acessibilidade e auxílio-transporte para usufruir das políticas públicas.

Síntese das Problemáticas e Propostas

- Investimentos para geração de Trabalho e Renda
 - Ações para garantia de recursos públicos e fomento ao investimento privado com vistas à geração de trabalho e renda para jovens
 - Legislação que garanta o benefício do auxílio-transporte para frequência nos cursos de capacitação profissional ainda que realizados fora do âmbito da Secretaria Municipal de Educação
 - Investimento direto do Estado em ações relacionadas à geração de trabalho e renda

- Políticas Públicas de Capacitação e Qualificação Profissional para Jovens
 - Inserção de atividades de formação geral para o mercado de trabalho no currículo da educação ao nível do ensino médio
 - Estabelecimento de programas e serviços voltados ao enfrentamento das situações de exploração da força de trabalho decorrentes do processo de divisão social do trabalho
 - Acompanhamento e fiscalização para o cumprimento das ações de política pública voltados para a geração de trabalho e renda
 - Incremento de programas e serviços voltados à qualificação profissional e investimento em informação aos jovens usuários desse serviço
 - Garantia de que os serviços de qualificação profissional atendam com a qualidade e competência evitando que tais serviços se transformem em centros de convivência
- Legislação e outras Políticas Públicas para geração de Trabalho e Renda
 - Revisão e reformulação das leis trabalhistas
 - Mecanismos de controle e fiscalização para o cumprimento da lei
 - Proteção às mães e gestantes jovens
 - Reconhecimento dos cursos de qualificação em políticas públicas (certificação);
- Aspectos sociais na geração de Trabalho e Renda
 - Dinâmica do mercado de trabalho e seu impacto para os jovens e outras questões que extrapolam, mas se relacionam com Trabalho e Renda.